



Revista Estudos Feministas

ISSN: 0104-026X

ISSN: 1806-9584

Centro de Filosofia e Ciências Humanas e Centro de
Comunicação e Expressão da Universidade Federal de
Santa Catarina

Bozzano, Caroline Betemps

Feminismos transnacionais descoloniais: Algumas questões em torno da colonialidade nos feminismos

Revista Estudos Feministas, vol. 27, núm. 1, 2019, pp. 1-7

Centro de Filosofia e Ciências Humanas e Centro de Comunicação
e Expressão da Universidade Federal de Santa Catarina

DOI: 10.1590/1806-9584-2019v27n158972

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=38159160030>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org


UABM redalyc.org

Sistema de Informação Científica Redalyc

Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal

Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

Feminismos transnacionais descoloniais: algumas questões em torno da colonialidade nos feminismos

Caroline Betemps Bozzano¹  0000-0001-9095-9693

¹Linköping University, Department of Thematic Studies, PhD Programme at the Department of Gender Studies, Linköping, Östergötland, Sweden. bjorn.pernrud@liu.se



Resumo: Os feminismos latino-americanos encarnaram, desde meados dos anos 90, uma discussão sobre suas possibilidades de ação que questionava o fato de que muitos projetos feministas feitos por feministas ocidentais fossem levados a cabo na região com uma noção subjacente de 'cidadania universal' para as 'mulheres do terceiro mundo'. Apesar do predomínio deste feminismo hegemônico, outras reflexões e alinhamentos divergentes surgiram nos últimos anos, transformando-se estes numa produção crescente de conhecimento teórico local, bem como de contranarrativas, produzidas por grupos feministas anti- ou descoloniais, de luta antirracista e anticapitalistas. A virada à direita que a América Latina, a Europa e os EUA experimentam com o crescente predomínio de governos conservadores e seus imaginários políticos reacionários exige estratégias feministas transnacionais. A questão que me traz aqui é como estabelecer um debate equitativo entre os diferentes feminismos norte-sul, seus diálogos e fricções, sem reproduzir a violência colonial. Um diálogo que compartilhe heranças de lutas sociais, uma tradução geopolítica entendida como uma prática que não caia na repetição da colonialidade.

Palavras-chave: Feminismos transnacionais. Opção descolonial. Feminismos antirracistas.

Decolonial transnational feminisms: some issues about coloniality within feminisms

Abstract: Latin American feminisms embodied since mid-1990 a discussion about their possibilities of action that questioned the fact that many feminist projects designed by western feminists were developed with an underlying notion of 'universal citizenship' for the 'third world women'. Despite the predominance of this hegemonic feminism, other reflections and divergent alignments have appeared in the last years, turning into a rising production of local theoretical knowledge as well as counter-narratives, produced by groups such as the decolonial feminisms, the anti-racist and the anti-capitalist collectives. The turn to the right that Latin America, Europe and US have experienced recently with the increasing conservative governments and their reactionary political imaginaries, requires transnational feminist strategies. The question that brings me here, is how to establish an equitable debate among north-south different feminisms, its dialogues and frictions, without reproducing colonial violence. A dialogue that shares heritages of social struggles, a geopolitical translation understood as practice that does not fall into the repetition of coloniality.

Keywords: Transnational feminisms. Decolonial Option. Anti-racist feminisms.

A questão que pretendo tratar neste artigo indaga as possibilidades de um debate equitativo entre os diferentes feminismos norte-sul, seus diálogos e fricções, de maneira que não se reproduza a violência colonial. Para tanto, vou introduzir primeiramente o meu lugar de fala que é fronteiriço, e, portanto, um lugar 'entre' posicionalidades. Logo passarei a apresentar uma abreviada genealogia dos feminismos latino-americanos dos últimos anos, com a qual espero traçar algumas questões para, na terceira parte deste artigo, poder pensar as possibilidades e limitações de alguns feminismos transnacionais não coloniais em seus fazeres e 'sentir-pensares'.

Posicionalidades em jogo

No momento em que escrevo isto o cachorro com o qual estou morando nestes dias respira ofegantemente. Mesmo estando em uma casa arejada pelo vento da Tramontana que sobe desde o mar Mediterrâneo até as montanhas mais altas dos Pirineus, o bicho sofre de calor. Estamos numa fronteira que já não possui sua função reguladora de pessoas e produtos, mas que durante o século XX foi testemunha de revoluções sociais e fascismos, e suas decorrentes migrações. É verão na Europa, mais um com chegadas massivas de barcas recheadas de pessoas que tentarão entrar, apesar de todas as adversidades que isso implica nessa Europa-fortaleza desde onde escrevo agora.

Desde que a erradamente chamada 'crise dos refugiados' começou, muitos movimentos locais em todos os países europeus vêm trabalhando com a questão migratória e de asilo político. Muitos partidos também tentaram abordar a questão, embora muitas vezes a partir de posições salvacionistas que dariam para um outro artigo. Outras vezes, a partir de certos feminismos (europeístas e liberais), se fez uma leitura da questão migratória como uma ameaça às mulheres brancas e à cultura e costumes locais.

É preciso lembrar que a Europa conta atualmente com um dos maiores índices de aprovação de políticas de extrema-direita desde a Segunda Guerra Mundial. Na Alemanha, o partido Alternativa para a Alemanha (*Alternative für Deutschland*, AfD); na França, a Frente Nacional (*Front National*, FN) e na Suécia, os Democratas Suecos (*Sverige demokraterna*, SD) são alguns exemplos disso. Todas estas forças políticas têm em comum: um explícito discurso anti-imigração, o fato de que até há bem pouco tempo não existiam (com exceção do *Front National*) e o fato de estarem ganhando posições no Parlamento aos tradicionais partidos de centro e de esquerda. Os Democratas Suecos, por exemplo, passaram da não existência a, em apenas sete anos, o terceiro maior partido da Suécia.

A pergunta que me faço é, então, por que é que os feminismos e outras teorias e movimentos de luta social na Europa não priorizam a questão migratória? E quando o fazem, ora se trata de iniciativas que partem de pessoas racializadas e/ou imigrantes, e não conseguem alterar a agenda política (focada na crise econômica, nas crises políticas como a do *Brexit*, na luta contra o terrorismo alheio), ora se faz um enfoque a partir de posturas racistas e neocoloniais, como vem acontecendo com as políticas da União Europeia (vide o acordo com a Turquia, a Hungria e outros países da periferia europeia para que 'controle' as fronteiras a troco de regalias políticas). Há exceções, como o ocorrido no *Reveillon* de 2015-16 em Colônia, onde grupos feministas alemães em seguida se mobilizaram para expressar sua indignação ante o *purplewashing*. Neste caso, o uso do feminismo para justificar discursos xenófobos, usado para defender mulheres alemãs contra o assédio sexual de uma horda de 'homens de aparência árabe ou norte-africana', segundo a própria polícia local. Porém, o estrago já estava feito pelo discurso oficial, assim como pela mídia. Uma página na Wikipédia¹ que resume os fatos relata que o debate girou em torno aos direitos das mulheres, às políticas de asilo e às diferenças sociais entre a Europa e o norte da África e o Médio Oriente. Depois deste evento a Alemanha aprovou uma lei que facilita a deportação de imigrantes presos por crimes sexuais e ampliou a definição legal de assédio sexual.

Voltando ao ponto anterior, numa perspectiva descolonial, surge a pergunta: qual é a relação entre a aceitação impotente dessa realidade e a convivência branca e europeia? A questão, já por si caricata, dos refugiados e imigrantes que se deslocam das periferias para os centros, toca não só o limite claro do capitalismo tardio – a noção de que o bem-estar vivido nos países do norte global e nas áreas ricas do sul global não é possível a nível mundial –, mas, também, claramente, o chamado 'bem-estar' de uns poucos, que tem por base o empobrecimento das majorias e a destruição do planeta. Mas, além desta evidência, da qual, no entanto, muitas europeias e europeus não têm consciência – o custo global do seu bem-estar, assim como o de sua riqueza –, a questão dos fluxos migratórios e a falta de uma priorização desta por parte da esquerda e dos movimentos sociais nos apresentam de bandeja um outro limite do capitalismo tardio, que é a irresoluta questão do passado e do presente colonial europeu.

Este limite está relacionado com a noção de que a colonialidade foi e é a condição de existência da Modernidade (Walter D. MIGNOLO, 2011; Boaventura de Sousa SANTOS, 2014). De uma perspectiva feminista, levando essa noção um pouco além, algumas autoras afirmaram que este postulado criou formas de violência específicas sobre aqueles corpos geralmente identificados como de mulher, o qual Maria LUGONES (2008a) classificou como² "sistema moderno colonial de sexo e gênero" (p. 13-42). Este sistema, segundo ela, não seria entendido de maneira subalterna, como sugeriram Aníbal QUIJANO e Michael ENNIS (2000), senão de maneira constitutiva, já que todo o sistema moderno se apoia nas categorias de raça/racialização, gênero e classe (LUGONES, 2008b).

¹ Veja: 2015-16 New Year's Eve sexual assaults in Germany. Disponível em https://en.wikipedia.org/wiki/New_Year%27s_Eve_sexual_assaults_in_Germany.

² As traduções das citações são da autora.

Para a esquerda e seus feminismos, reconhecer, então, a questão dos refugiados e imigrantes como prioritária implicaria reconhecer suas próprias limitações categóricas e metodológicas, ou, dito de outro modo, a colonização e a colonialidade são o grande hiato teórico da esquerda europeia.

A esta altura a leitora estará se perguntando: o que tem isso a ver com feminismos transnacionais ou descoloniais? No meu entender, existe uma relação, no sentido em que é preciso descolonizar pensamento e práticas de dentro e de fora em nossos feminismos transnacionais. Não podemos continuar a pensar em termos de solidariedade e resistência tal como as viemos pensando até agora. Reproduzindo a retórica do bom europeu que 'coopera' para o 'desenvolvimento' de outras regiões, quando a pobreza dessas regiões está intimamente ligada com o bem-estar dos centros (aqui é preciso incluir as elites locais do sul global e o colonialismo interno).

Este é o lugar de onde falo: minha posição como pessoa branca, como imigrante legalizada, depois de doze anos morando na Europa, como ativista, trabalhadora e pesquisadora. Este texto, assim como o projeto de tese que estou desenvolvendo, parte desta experiência que atravessa meu corpo assim como de inquietudes coletivas que vivi como ativista em espaços feministas e outros movimentos sociais. Para tanto, sigo as tradições feministas das teorias encarnadas (Cherrie MORAGA; Gloria ANZALDÚA, 1981) que procuram interligar o social e o pessoal (bell hooks, 2000) como forma de enunciação situada e, neste caso, fronteiriça (ANZALDÚA, 1987) nunca suficientemente de lá, nem de aqui. Procurarei neste texto conjugar estas localidades, tecê-las de modo a alimentar as aproximações teóricas que eu possa fazer em torno às necessidades e potencialidades de uns feminismos anti- e/ou descoloniais.

Genealogias e agendas em disputa

Gostaria de passar a uma análise dos feminismos de Abya Yala ou latino-americanos³ e de seus potenciais anti-, pós- ou descoloniais.⁴ Para isso, apresentarei algumas das tensões e afetações discursivas dentro dos feminismos das últimas décadas levando em conta a história colonial presente nos diálogos norte-sul.

Partindo de uma noção dialógica da colonialidade, acredito que quando uma relação de subordinação se materializa muitas vezes esta está acompanhada de uma série de complexas ações e contra-ações, violência e cumplicidades, assim como de estratégias e resistências. Ao longo da história podemos observar como a legitimação da Modernidade se construiu omitindo o seu 'lado menos visitado',⁵ quer dizer, sua passada e presente "lógica da colonialidade" (MIGNOLO; Madina V. TLOSTANOVA, 2006, p. 206). Podemos, desse modo, observar como os marcos de pensamento e os horizontes de expectativas e ações foram construídos de acordo com a Razão moderna, assim como a coexistência de diferentes estratégias de resistência contra as formas mais cruéis de opressão e violência. Este estratagema de modelos dialógicos e suas consequências também se deram dentro das teorias críticas, como o Marxismo, a Teoria da Dependência e os Feminismos. Poderíamos afirmar que estes processos de imposição de configurações sociais estão na raiz mesma de todos os quadros teóricos surgidos a partir do Iluminismo e seu Humanismo eurocêntrico de assunções universais. Com os feminismos ocidentais surgidos do paradigma da igualdade de direitos, não foi diferente.

Quais são, então, as relações que se estabelecem entre os feminismos do Norte Global e os da América Latina, e como estas relações, muitas vezes hierárquicas, poderiam estabelecer um debate mais equitativo? Para pensar estas perguntas, creio necessário prestar atenção a que paradigmas se ativam através dessas traduções culturais mútuas, assim como que tipo de políticas é reforçado, repetido e re-significado na atual crise global que vivemos.

Os feminismos latino-americanos encarnaram desde meados da década de 90 uma discussão sobre suas agendas que, para sintetizar, se dividiu entre as posturas institucionais e as autônomas. Este debate ocorreu depois – e em parte como uma consequência – dos acordos levados a cabo durante a Quarta Conferência Global da Mulher organizada pelas Nações Unidas em 1995, em Beijing. Naquela reunião algumas linhas básicas se estabeleceram a fim de eliminar diferenças entre homens e mulheres, e de reduzir a violência de gênero à escala global. A partir de sua Plataforma de Ação (NACIONES UNIDAS, 1995), cujas medidas estavam pensadas para melhorar a vida da 'Mulher' (no singular) ao redor do mundo, os Estados signatários se comprometeram a

³ Neste texto me refiro inúmeras vezes ao termo "latino-americano" e à América Latina enquanto posição geopolítica (questionável desde já), mas com isso não advogo aqui uma identidade latino-americana. Outras vezes uso também o termo Abya Yala – preferido por algumas feministas descoloniais para denominar o subcontinente.

⁴ Infelizmente, não posso entrar aqui nas diferentes escolas sobre a questão colonial e seus prefixos, porém recomendo para quem quiser um aprofundamento teórico sobre suas diferenças o artigo – em inglês, mas que em breve será publicado em espanhol castelhano – de Breny Mendoza, "*Coloniality of Gender and Power: From Postcoloniality to Decoloniality*", onde ela traça uma genealogia crítica das teorias anticoloniais em relação aos feminismos pós- e descoloniais.

⁵ 'Lado menos visitado' é uma tradução livre que faço do conceito 'the dark side', de Mignolo (1995), que precisaria ser revisado, já que associa obscuridade com negatividade.

reforçar essas medidas e a pôr em prática uma série de mecanismos e recursos para atingir estes objetivos. Além destes Estados, havia outros importantes atores como as Nações Unidas, o Banco Mundial – que vinha aplicando políticas neoliberais na região há décadas – e a Agência dos EUA para o Desenvolvimento Internacional (AID, por suas siglas em inglês, United States Agency for International Development).

Na América Latina, os acordos de Beijing se traduziram na aplicação de uma agenda de políticas externas na região que se materializou através dos fundos para os programas de “cooperação para o desenvolvimento” e, especificamente, da implementação de “políticas de gênero” (Julieta PAREDES CARVAJAL, 2010a, p. 61-73). Nessas políticas, o “sujeito monolítico da ‘mulher do terceiro mundo’” aparecia definido como um objeto ou mero receptor, nas palavras de Chandra TALPADE MOHANTY (1984), como “[um] grupo homogêneo e sem poder, muitas vezes visto como vítimas implícitas de sistemas sócio-econômicos particulares” (p. 338). Por outro lado, estas políticas não só precisavam que suas agendas – quais problemáticas seriam priorizadas – fossem aceitas, mas também requeriam a colaboração de mão de obra local, especialistas e agentes sociais que introduziriam seus projetos em toda a região. Estes macroprojetos desenhados no Norte Global por feministas dos EUA e da Europa traziam consigo uma noção subjacente de ‘cidadania universal’ para a ‘mulher do terceiro mundo’, ou ‘mulheres de países em desenvolvimento’, sem definir estas mulheres, nem diferenciar suas características étnicas, linguísticas ou sociais – as quais são bastante diversas durante o período pós-colonial – no subcontinente.

Esta situação levou a um complexo debate entre os chamados ‘feminismos autônomos’ e aqueles que consideravam que estes projetos internacionais eram uma chance para construir uma agenda feminista local junto ao Estado e às agências internacionais de financiamento. Este processo criou uma ruptura entre estas duas correntes que gerou diferentes estratégias políticas nas práticas feministas. Como resultado desta ruptura, no final dos anos 90 se deu outro debate, influenciado por vozes autorizadas da academia estadunidense, que começou a tratar os mesmos assuntos discutidos pelos Feminismos Negros nos anos 70 nos Estados Unidos, partindo então do questionamento do sujeito do feminismo desde uma posição não hegemônica, racializada e subalterna. Se bem estas teorias importadas tornaram visíveis diferentes sujeitos abjetos num primeiro momento, na América Latina estas vozes locais deixaram em um segundo plano a preocupação sobre como as noções de ‘raça’ e classe se articulavam com as de sexualidade e gênero, já que seus interesses se dirigiam, naquela época, de acordo com Yuderkys ESPINOSA MIÑOSO (2014), aos “limites discursivos do sujeito do feminismo” (p. 309-324). Consequentemente, o campo de ação e discussão estava restrito novamente ao conhecimento considerado válido sob este ‘novo’ paradigma, maiormente centrado em gênero.

É importante indicar que esta hegemonia epistêmica contou com uma contraparte local. Uma das razões por que estes quadros de referência analíticos foram aceitos se deve ao fato de que as universidades latino-americanas foram, e ainda são, espaços formados na sua maioria por pessoas não racializadas e com privilégios de classe. Embora no Brasil isto tenha mudado um pouco na última década, se poderia dizer que a origem (de classe e racial) dos feminismos latino-americanos condicionou as interpretações sobre as opressões das mulheres e outros sujeitos não normativos, e afetou diretamente as formas de luta e de articulação dessas opressões. Esta institucionalização, que começou nos anos 90, no terceiro setor da sociedade civil organizada – as ONGs – se intensificou na região durante os anos 2000 com os governos autodenominados ‘socialistas do século XXI’ que começaram a implementar suas próprias políticas de igualdade, muitas com um *background* colonial e nos termos prévios dos feminismos universais (Marisa Gisele RUIZ TREJO; Caroline BETEMPS, 2014, 169-179).

Faço um parêntese aqui para ilustrar o anterior com o caso do Brasil e a Lei Maria da Penha, de 2006, contra a violência à mulher. No caso desta Lei, e como várias feministas negras brasileiras vêm denunciando a partir do Atlas da Violência do IPEA, que é onde se constata oficialmente o número de assassinatos, a categoria de gênero por si só não tem sido suficiente. De acordo com o Atlas (2017), o índice de assassinatos (e isto é o denominador último da violência, o extermínio da vida) de mulheres brancas “teve uma redução de 7,4% entre 2005 e 2015” [...] enquanto “a mortalidade de mulheres negras observou um aumento de 22%”. O informe conclui que “65,3% das mulheres assassinadas no Brasil no último ano eram negras” (Ipea; IFSB, 2017, p. 39).

Apesar da predominância deste tipo de feminismo, onde a transferência de conhecimentos dos nortes aos suís é ainda rampante, outras posturas divergentes, que sempre existiram, têm se intensificado na última década na região. Este movimento tem se caracterizado por uma crescente produção de conhecimento próprio e local, de contra-narrativas em forma de ações, *performances*, entre outras formas de expressão, políticas e artísticas. Várias *artistas* vêm trabalhando outras formas de corporalidade onde sexo e gênero são categorias imbricadas com classe, ‘raça’, religião, capacidades etc. Alguns exemplos são os movimentos feministas antirracistas brasileiros, os feminismos indígenas e comunitários da Bolívia e Guatemala, os feminismos urbanos do México, Argentina e também do Brasil, entre outros tantos que começaram a confrontar a agenda feminista

'branca' e a debater como os quadros de discussão são estabelecidos e que formas de ação estão legitimadas.

Estratégias e diálogos

Muitas são as estratégias e linhas de pensamento propostas pelas teorias feministas produzidas na América Latina.⁶ Essas teorias emergem como “um duplo movimento pela descolonização do conhecimento e pela construção de uma série de novas ‘políticas de conhecimento oposicionais’” (Claudia de Lima COSTA, 2013, p. 83). No entanto, as ‘teorias que viajam’ e suas traduções nos estudos des- e pós-coloniais e nas teorias feministas muitas vezes deixam as vozes subalternas ou periféricas invisíveis. Na academia latino-americana existe uma limitada oferta de conhecimento de formas de fazer e pensar feito por pessoas racializadas, por exemplo. Há, portanto, uma necessidade estratégica de construir epistemologias desde outros lugares de enunciação que inclua a intervenção política feminista na tarefa de uma “tradução translocal” (COSTA, 2012, p. 49) e a necessidade vital de teorização própria de narrativas localizadas que descentralizem os quadros de referência atuais, e respondam a um lugar de enunciação vinculado à vulnerabilidade. Um feminismo que se deva às pessoas mais vulneráveis (como propunha Dean SPADE, s.d.) e que seja capaz de lutar por uma melhoria e ao mesmo tempo que seja capaz de representar suas existências, e não somente as das pessoas com o privilégio da fala (e quem diz fala, diz escrita, diz publicação, diz bolsa ou emprego, diz acesso a congressos).

Uma outra estratégia de parte do projeto dos feminismos descoloniais seria a de descentralizar o centro, como propunha o teórico pós-colonial índio Dipesh CHAKRABARTY (2007, p. 3-26) em torno da ideia de provincializar o Ocidente.⁷ Traçar algumas possibilidades de ação política e fazer epistemologia que provincialize os centros e centralize as periferias, pelo menos como um recurso temporal de resistência descolonial. Pôr no centro vozes e experiências, não só como meras fontes, mas enquanto constitutivas de sujeitos des- e anticoloniais. Este movimento também foi entendido como um ‘cosmopolitanismo subalterno’ dadas as marginalizadas posições dos sujeitos, mas principalmente por suas formas “não tradicionais da experiência cosmopolita” (Jamil KHADER, 2003, p. 80).

Ao mesmo tempo, uma outra questão emerge destes movimentos: o que mudaria se estas produções de conhecimento fossem recebidas no Norte Global? Seria isso um objetivo desejável ou, pelo menos, poderia ser útil para reduzir o universalismo predominante a nível teórico? Ou seriam estes textos imediatamente absorvidos e assimilados pela indústria do conhecimento – como já está acontecendo com a Opção Descolonial na Europa e anteriormente com a Interseccionalidade –, deixando seus sujeitos de fala relegados para segundo plano uma vez mais?

Para concluir, e apesar das limitações de uma descrição tão sucinta sobre um contexto tão complexo como o que trago aqui, considero urgente abrir um diálogo que compartilhe heranças de lutas sociais, uma tradução geopolítica entendida como uma prática que não recaia na repetição da colonialidade dentro dos marcos críticos de pensamento como o são os feminismos descoloniais e antirracistas. Diálogo esse que poderia contribuir para subverter – ou pelo menos a entender – as distâncias epistêmicas entre o Sul e o Norte Globais. A virada à direita que a América Latina, a Europa e os EUA experimentam com o crescente predomínio de governos conservadores e seus imaginários políticos reacionários exige estratégias feministas transnacionais que não reproduzam a violência colonial.

⁶ Algumas das autoras que têm trabalhado com este enfoque des- ou anticolonial são: Maria Lugones (“Toward a Decolonial Feminism”. *Hypatia*, v. 25, n. 4, p. 742-759, 2010; *Peregrinajes/Pilgrimages: Theorizing Coalition Against Multiple Oppressions*. Nova Iorque: Rowman & Littlefield Press, 2003); Rita Laura SEGATO (“Gênero y colonialidad: en busca de claves de lectura y de un vocabulario estratégico descolonial”. In: BIDAIECA, Karina; VÁZQUEZ LABA, Vanesa (comp.). *Feminismos y Poscolonialidad. Descolonizando el feminismo desde y en América Latina*. Buenos Aires: Godot, 2011. p. 17-48); Lorena CABNAL (“Acercamiento a la construcción de la propuesta de pensamiento epistémico de las mujeres indígenas feministas comunitarias de Abya Yala”. In: CABNAL, Lorena. *Feminismos diversos: el feminismo comunitario*. Madrid: ACSUR Las-Segovias, 2010. p. 11-25); Ochy CURIEL (“Descolonizando el feminismo: una perspectiva desde América Latina y el Caribe”. PRIMER COLOQUIO LATINOAMERICANO SOBRE PRAXIS Y PENSAMIENTO FEMINISTA. *Anais...* Grupo Latinoamericano de Estudios, Formación y Acción Feminista (GLEFAS) e Instituto de Género de la Universidad de Buenos Aires, Argentina, 2009); Costa (2012; 2013), Silvia RIVERA CUSICANQUI (*Violencias (re)encubiertas en Bolivia*. Santander: Otramérica, 2012; *Ch'ixinakax utxiwa. Una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores*. Buenos Aires: Tinta Limón, 2010; *Bircholas: trabajo de mujeres: explotación capitalista o opresión colonial entre las migrantes aymaras de La Paz y El Alto*. 2. ed. La Paz: Mama Huaco, 2002; *Oppressed But Not Defeated: Peasant Struggles Among the Aymara and Quechua in Bolivia, 1900-1980 (Oprimidos pero no Vencidos: la Lucha Campesina Entre los Aymaras y Quechuas en Bolivia)*. Ginebra: UNRISD, 1984); Paredes Carvajal (“Para que el dinero se esfume. Desmonetizar la cooperación internacional”. In: *Actas del Encuentro: Feminismos en la agenda del desarrollo*. Bilbao, Hegoa, 2010b, p. 1-6); Espinosa Miñoso (2014); María GALINDO (*No se puede descolonizar sin despatriarcalizar. Teoría y propuesta de la despatriarcalización*. Bolivia: Mujeres Creando, 2013); Liliana SUÁREZ NAVAZ e Aída HERNÁNDEZ (*Descolonizando el Feminismo: Teorías y Prácticas desde los Márgenes*. Cátedra: Madrid, 2008), entre muitas outras.

⁷ Um exemplo empírico deste tipo de exercício teórico é o livro *Methodology of the Oppressed*, de Chela Sandoval (Minneapolis: London: University of Minnesota Press, 2000).

Referências

- ANZALDÚA, Gloria. *Borderlands / La frontera: La nueva Mestiça*. Madri: Capitán Swing, 1987.
- CHAKRABARTY, Dipesh. "Provincializing Europe in Global Times – Introduction". In: CHAKRABARTY, Dipesh (ed.). *Provincializing Europe: Postcolonial thought and historical difference*. Princeton: Princeton University Press, 2007. p. 3-26.
- COSTA, Claudia de Lima. "Feminismo e tradução cultural: sobre a colonialidade do gênero e a descolonização do saber". *Portuguese Cultural Studies*, n. 4, p. 41-65, 2012.
- COSTA, Claudia de Lima. "Equivocation, Translation, and Performative Intersectionality: Notes on Decolonial Feminist Practices and Ethics in Latin America". *Revista Anglo Saxônica*, Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, n. 6, p. 75-98, 2013. (Serie III)
- ESPINOSA MIÑOSO, Yuderkys. "Etnocentrismo y colonialidad en los feminismos latinoamericanos: complicidades y consolidación de las hegemonías feministas en el espacio transnacional". In: ESPINOSA MIÑOSO, Yuderkys; GÓMEZ CORREAL, Diana Ochoa; MUÑOZ, Karina (ed.). *Tejiendo de otro modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala*. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2014. p. 309-324.
- hooks, bell. *El feminismo es para todo el mundo*. Madri: Traficantes de Sueños, 2000.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Atlas da Violência 2017*. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Governo Federal do Brasil. Rio de Janeiro, junho de 2017. Disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/images/170609_atlas_da_violencia_2017.pdf.
- KHADER, Jamil. "Subaltern Cosmopolitanism: Community and Transnational Mobility in Caribbean Postcolonial Feminist Writings". *Feminist Studies*, v. 29, n. 1, p. 63-81, 2003.
- LUGONES, Maria. "Colonialidad y Género: hacia un feminismo descolonial". In: MIGNOLO, Walter D. (comp.). *Género y Descolonialidad*. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2008a. p. 13-42.
- LUGONES, Maria. "Colonialidad y género". *Tabula Rasa*, n. 9, p. 73-101, julho-dezembro 2008b.
- MENDOZA, Breny. "Coloniality of Gender and Power: From Postcoloniality to Decoloniality". In: DISCH, Lisa; HAWKESWORTH, Mary (ed.). *The Oxford Handbook of Feminist Theory*, 2016. p. 100-121.
- MIGNOLO, Walter D.; TLOSTANOVA, Madina V. "Theorizing from the Borders: Shifting to Geo- and Body-Politics of Knowledge". *European Journal of Social Theory*, v. 9, n. 2, p. 205-21, 2006.
- MIGNOLO, Walter D. *The Darker Side of Western Modernity: Global Futures, Decolonial Options*. Durham; Londres: Duke University Press, 2011.
- MIGNOLO, Walter D. *The Darker Side of the Renaissance. Literacy, Territoriality and Colonization*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1995.
- MOHANTY, Chandra Talpade. "Under Western Eyes: Feminist Scholarship and Colonial Discourses". *Boundary 2*, v. 12, n. 3, p. 333-358, primavera-outono, 1984.
- MORAGA, Cherrie; ANZALDÚA, Gloria (ed.). *This bridge called my back. Writings by radical women of color*. Nova Iorque: Women of Color Press, 1981.
- NACIONES UNIDAS. *Informe de la Cuarta Conferencia Mundial sobre la Mujer*. Beijing, 1995. Disponível em <http://www.un.org/womenwatch/daw/beijing/pdf/Beijing%20full%20report%20S.pdf>.
- PAREDES CARVAJAL, Julieta. *Hilando Fino, desde el feminismo comunitario*. La Paz: Mujeres Creando Comunidad, 2010a, p. 61-73.
- QUIJANO, Aníbal; ENNIS, Michael. "Coloniality of Power, Eurocentrism, and Latin America". *Nepantla: Views from the South*, Duke University Press, v. 1, n. 3, p. 533-80, 2000.
- RUIZ TREJO, Marisa Gisele; BETEMPS, Caroline. "Epistemologías y prácticas feministas cruzadas: las posibilidades de la traducción y la importancia decolonial". *Relaciones Internacionales Review*, n. 27, p. 169-179, outubro 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Epistemologies of the South. Justice against Epistemicide*. Boulder/Londres: Paradigm Publishers, 2014.

SPADE, Dean. *Sus leyes no nos harán más segur*s*. Disponível em http://www.deanspade.net/.../Sus-leyes-nunca-nos-harán-más-segur_s-Dean-Spade.doc. Acesso em 1/07/2017.

Caroline Betemps Bozzano (caroline.betemps@liu.se) é doutoranda em Feminismos Post- e Decoloniais. Licenciou-se em Ciências da Comunicação pela Universidad de la República, Montevideu, Uruguai. Obteve o Diploma de Estudos Avançados no programa doutoral "Planteamientos teóricos, estructurales y éticos de la Comunicación de Masas", pela Universidad Complutense de Madrid, Espanha. Atualmente é doutorando em Estudos de Género, área de Feminismos Post- e Decoloniais, no Departamento Tema Genus, Linköping University, Suécia. Betemps se identifica como imigrante branca e pessoa não binária e atualmente desenvolve uma pesquisa de doutorado em torno das viagens norte-sul das metodologias e epistemologias feministas.

COMO CITAR ESSE ARTIGO DE ACORDO COM AS NORMAS DA REVISTA

BOZZANO, Caroline Betemps. "Feminismos transnacionais descoloniais: Algumas questões em torno à colonialidade nos feminismos". *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 27, n. 1, e58972, 2019.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção, coleta de dados e análise de dados, elaboração do manuscrito, redação, discussão de resultados.

FINANCIAMENTO

Bolsa doutoral da Universidade de Linköping.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica

LICENÇA DE USO

Este artigo está licenciado sob a Licença Creative Commons CC-BY. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

HISTÓRICO

Recebido em 02/09/2018

Aprovado em 07/09/2018